

RESISTÊNCIAS: UM OLHAR DISCURSIVO-MATERIALISTA SOBRE O CONCEITO DE LUGAR DE FALA

Bianca M. Q. Damacena

Doutoranda em Estudos Linguísticos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo lançar um olhar discursivo-materialista sobre o conceito de lugar de fala, a partir da noção de sujeito para a Análise do Discurso de origem francesa. Com base nos estudos de Althusser (1970, 1999), compreendeu-se que os Aparelhos Ideológicos de Estado são organizações, palco da luta de classes e do funcionamento da ideologia dominante. E com Pêcheux (2004, 2014), foi possível entender que o sujeito da AD não é o indivíduo em si, mas sim, um sujeito do discurso, que é marcado social, histórica e ideologicamente. Esse sujeito se constitui a partir da interpelação da ideologia, inscrita em determinadas formações ideológicas, no interior dos AIEs. É a partir do caso do vereador negro Fernando Holliday que refletiremos sobre as duas teorias.

PALAVRAS-CHAVE: Sujeito. Ideologia. Lugar de fala. Lugar social. Discurso.

ABSTRACT: The following article aimed at taking a materialist and discursive look at the concept of place of speech by discussing the notion of subject for French Discourse Analysis. Based on Althusser's (1970, 1999) studies, we understood that Ideological State Apparatuses are organizations, where there are class conflicts and where the dominant ideology works. With Pêcheux (2004, 2014), it was possible to understand that DA's subject is not the individual, per se, but a subject of the discourse, who is marked socially, historically and ideologically. This subject is formed through interpellation of the ideology inscribed in a given ideological formation, within the ISAs. It is through the case of Fernando Holliday, a black councilor, that we will ponder over both theories.

KEYWORDS: Subject. Ideology. Place of speech. Social place. Discourse.

INTRODUÇÃO

Resistir sempre foi um verbo obrigatório na vida das mulheres, dos negros e dos homossexuais, aliás, das formações sociais da infraestrutura como um todo, para trazer um termo marxista. E se resiste apesar das contingências. Essas minorias têm conquistado direitos, espaços, mas é preciso mais, uma vez que elas ainda sofrem com violência, com discriminação, da mesma forma que a classe trabalhadora ainda é explorada. Assim, movimentos sociais se articulam e avançam nas lutas em busca de melhores condições de vida. É a luta de classes em sua mais clássica existência.

Recentemente, nas práticas dos movimentos sociais de pautas identitárias, principalmente no universo virtual, tem-se debatido muito sobre o lugar das minorias. Por exemplo, o lugar das mulheres negras no movimento feminista em geral, o lugar das transexuais no movimento LGBT, o próprio lugar de negros e negras ao falar de racismo, mas também o lugar daqueles que não são considerados uma minoria nesses espaços, a saber, o homem branco heterossexual, por exemplo. Em torno desse debate, está o conceito de *lugar de fala*, que define justamente esse espaço de legitimidade que alguém que é parte de uma minoria identitária tem para falar e resistir.

Neste artigo, queremos falar de resistência, mas mais no sentido de pensar, numa perspectiva materialista-discursiva, sobre como os discursos são importantes para as práticas de resistência. Dessa forma, tentamos fazer uma conversa entre o conceito de *lugar de fala* e a noção de sujeito para a Análise do Discurso de origem francesa, a fim de mostrar como ambos funcionam e que a AD apresenta uma compreensão mais completa sobre discurso, sujeito.

Pêcheux (2014b), em *Semântica e Discurso*, coloca que a prática política deve estar aliada às questões epistemológicas, ou seja, teóricas e científicas, para que a investigação materialista possa ocorrer. A história da produção dos conhecimentos não deve estar sobreposta à prática política. Isso quer dizer que a prática política é um processo e que as condições de investigação, de observação, devem se dar dentro de um contexto histórico, e não apenas como ações que acontecem intencionalmente. Dessa forma, a prática da resistência deve ser entendida como um processo histórico e ideológico de embate com a ideologia dominante em que os sujeitos envolvidos merecem destaque, mas, na medida em que se entende que eles não são a origem do dizer, os discursos também são importantes.

Quando Pêcheux propõe “uma teoria não-subjetiva da subjetividade”, ele inicia um diálogo entre as noções de inconsciente e ideologia. Estas noções são fundamentais para compreender o conceito de sujeito para a AD na medida em que sua articulação, em conjunto com o materialismo histórico, resulta em uma subjetividade que não está centrada no indivíduo consciente de suas ações.

O artigo se divide em três seções. Na primeira delas, para entender a noção de *lugar de fala*, tomaremos como base a autora feminista negra Djamila Ribeiro (2017) que concebe o conceito acima como sendo um espaço de legitimidade para pessoas que sofrem na pele as opressões identitárias. Na segunda seção, para entender a questão de ideologia e interpelação do

sujeito, foi necessário fazer uma leitura de Louis Althusser e de Pêcheux. É a partir de Althusser que Pêcheux vai compor a ideia de que o indivíduo só se torna sujeito depois de interpelado pela ideologia com a qual se identifica. E, por fim, analisaremos o caso do Fernando Holliday, vereador negro, gay, que defendeu, em sua página do Facebook, projetos pelo fim das cotas raciais em concurso público e suspensão do feriado do Dia da Consciência Negra, entre outros.

O CONCEITO DE LUGAR DE FALA

O termo *lugar de fala* tem aparecido com certa frequência no seio dos movimentos sociais com pautas identitárias como de mulheres, negros e LGBTs. Tem sido usado, muitas vezes, de maneira a silenciar interlocutores no sentido de que a pessoa que sofre preconceito fala por si, como protagonista da própria luta e movimento enquanto que quem, a priori, não se enquadra nos tais setores, não teria direito a falar sobre eles. É um termo que tem sido pensado a partir da problemática que é falar *pelos* outros. Entretanto, o *lugar de fala* não surge exatamente com esse propósito.

No Brasil, é a filósofa feminista negra Djamila Ribeiro quem tem se debruçado sobre o tema. Em seu livro *O que é lugar de fala?*, Ribeiro (2017) coloca que não existe exatamente uma teoria determinada sobre o termo. Ela explica que a origem é imprecisa, mas que pode ter surgido de debates acerca do “ponto de vista feminista”, da diversidade, da teoria racial crítica e do pensamento decolonial, nos movimentos sociais, “muito marcadamente no debate virtual, como forma de ferramenta política e com o intuito de se colocar contra uma autorização discursiva” (RIBEIRO, 2017, par 455). Outra possibilidade de origem, de acordo com a autora, são tentativas de questionar quem pode falar. Em seu livro, Ribeiro (2017) se baseia em filósofas e escritoras negras como Patricia Hill Collins, Grada Kilomba, Linda Alcoff e Gayatri Spivak. Além disso, apesar de não fazer uma discussão de maneira aprofundada, Ribeiro (2017) também coloca que se baseia na noção foucaultiana de discurso. É com base na obra *O que é lugar de fala?* que conceituaremos esse termo neste artigo.

Antes de seguir com o debate sobre o conceito de lugar de fala para Ribeiro (2017), é importante trazer à luz o que seria a “noção foucaultiana de discurso”. Em *Arqueologia do Saber*, Foucault (2008) faz uma verdadeira escavação para entender o que é discurso na prática médica.

Para o autor, a medicina deve ser pensada como o resultado de articulação de um certo número de elementos distintos, por exemplo, o status médico, o lugar institucional, o lugar técnico de onde fala o médico, da posição dos sujeitos que percebem, descrevem, ensinam, etc, ou seja, o conjunto de práticas e saberes que constituem a formação dos médicos.

Dessa forma, de acordo com o autor, discurso “é um espaço em que podem ser determinadas as formas de relações de dispersão e de descontinuidade do sujeito em relação a si mesmo” (FOUCAULT, 2008 p. 61). Define-se discurso em relação aos campos de conhecimento, às práticas desenvolvidas nele e aos modos como são estabelecidos feixes de relações entre os saberes e as práticas próprias dos diferentes campos de conhecimento. Ele é exatamente o grupo de enunciados, sob uma dada formação discursiva, praticados ao longo do tempo. A formação discursiva para Foucault (2008) é a regularidade que há na dispersão do conjunto de enunciados estudados. Se não houver regularidade na dispersão dos enunciados, então não há um discurso. Essa regularidade, por sua vez, é feita por regras de formação, pois são as orientações nas quais os enunciados se enquadram para pertencer a uma dada formação discursiva e ao discurso, consequentemente.

Retomando Djamila Ribeiro (2017), a autora começa seu livro apontando as dificuldades encontradas pelos negros, sobretudo mulheres negras, para serem ouvidos. Os séculos de escravidão e de racismo impuseram a essa parcela da população uma posição social de bastante inferioridade em que é possível observar que nos mais diferentes espaços da sociedade, negros e negras são minoria, ainda que sejam uma parcela significativa da população brasileira. Para Ribeiro (2017), pensar o termo *lugar de fala* é uma saída para que as minorias, mulheres, negros e LGBTs, possam ter direito a voz e melhores condições. De acordo com a autora:

Não poder acessar certos espaços acarreta em não se ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até de quem tem mais acesso à internet. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir (RIBEIRO, 2017, par. 525)

Dessa forma, pensa-se o termo lugar de fala como uma forma de se recusar a hierarquização de saberes, de lutar por direito à existência e não tem a ver com o debate atual nas redes sociais

que delimita que apenas negros e negras possam falar sobre o racismo, e mulheres sobre o feminismo, etc, porque se entende que mesmo mulheres, negros e LGBTs estando no mesmo ponto de partida, suas experiências individuais vivenciando as opressões são diferentes. A autora explica que:

Quando falamos de pontos de partida, não estamos falando de experiências de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania. Seria, principalmente, um debate estrutural. Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades (RIBEIRO, 2017, par. 488 489).

De acordo com Ribeiro (2017), o lugar de fala atua em duas frentes: em uma delas, faz com que se refute a visão universal das minorias identitárias promovendo multiplicidade de vozes e quebrando com o discurso autorizado e único e, por outro lado, faz com que homens brancos entendam o que é estar nesse papel em um mundo que os coloca acima e todo o resto em contraposição. Nas palavras da autora, “pensar lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia” (RIBEIRO, 2017 par 687) e “busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva” (RIBEIRO, 2017 par 589).

Por “autorização discursiva” entende-se que a parcela da população formada por homens brancos tem, historicamente, legitimidade para falar sobre qualquer assunto, até mesmo sobre os que não lhe dizem respeito. Romper com essa autorização seria ocupar esse espaço. É a necessidade de uma identidade reivindicada das minorias que se constituem como sujeitos históricos e políticos.

Com base no exposto acima, é possível perceber que, apesar de ainda incipiente e muito presente nos debates virtuais dos movimentos sociais, o termo lugar de fala está mais voltado para as questões de identidade das minorias oprimidas e coloca uma preocupação sobretudo em relação a QUEM fala, ou seja, com sujeitos, sejam eles brancos ou negros, homens ou mulheres, heterossexuais ou homossexuais. Na próxima seção, nos dedicamos a debater a noção de sujeito para a Análise do Discurso de origem francesa de maneira que possamos pensar, posteriormente, com um olhar discursivo-materialista, sobre o conceito de lugar de fala.

SUJEITO E IDEOLOGIA: CONCEITUANDO FORMA-SUJEITO e POSIÇÃO-SUJEITO

Em Análise do Discurso, o conceito de ideologia é fundamental para que se entenda o funcionamento dos processos discursivos, o “surgimento” dos sujeitos e também os possíveis sentidos que podem emergir de um determinado enunciado. Um dos conceitos mais fundamentais da teoria é que os indivíduos são interpelados em sujeitos pelas ideologias através de formações ideológicas. Pêcheux chega a essa conclusão a partir dos estudos de Althusser que, ao fazer um debate sobre a questão da ideologia em Marx, chega ao conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado e como eles contribuem para a reprodução/transformação das relações de produção do modo de produção dominante.

Althusser (1974; 1999) afirma que a ideologia tem uma existência material e não imaginária. Além disso, as ideologias são reguladas por rituais igualmente materiais e que são definidos pelo que o autor chamou de aparelhos ideológicos de estado (AIEs). No que tange os AIEs, estes são considerados o palco da luta de classes devido à relação de contradições existente ali. É o meio concreto onde a ideologia trabalha. Segundo Althusser (1999, p. 104):

um Aparelho Ideológico de Estado é um sistema de instituições, organizações e práticas correspondentes, definidas. Nas instituições, organizações e práticas desse sistema é realizada toda Ideologia de Estado ou uma parte dessa ideologia (em geral, uma combinação típica de certos elementos). A ideologia realizada em um AIE garante sua unidade de sistema “ancorada” em funções materiais, próprias de cada AIE, que não são redutíveis a essa ideologia, mas lhe servem de “suporte”.

Através dos aparelhos ideológicos de Estado as classes que controlam os meios de produção garantem as relações de produção e, portanto, o modo de produção. Além disso, os aparelhos e suas práticas têm como objeto os indivíduos tomados em sua relação de produção a fim de que se possam entender como as ideologias se desenvolvem a partir da ação desses sujeitos no seio das instituições. Como exemplo, podem-se citar a Igreja, a escola, o partido político, entre outros. Cada um funciona de maneira autônoma entre si e constituem o local onde se exprime a luta entre a classe capitalista e a classe proletária. O alvo que sustenta as relações de produção é o poder sobre a consciência do sujeito. A ideologia é o poder que não necessita de armas, soldados, coerções.

Pêcheux (2004) enfatiza alguns pontos importantes sobre a ideologia, a partir do que Althusser desenvolveu. De acordo com Pêcheux (2004), os AIEs não contribuem de maneira homogênea para a reprodução das relações de produção, tampouco para sua transformação. Em realidade, seus saberes distintos, com características peculiares, condicionam sua importância dentro dos AIEs e em função da luta de classes. O autor observa também que o caráter contraditório entre reprodução e transformação das relações de produção se dá na medida em que esses objetos ideológicos não são tomados separadamente, mas sim dentro dos diferentes saberes que os contém e das relações de desigualdade existentes entre essas regiões.

Entretanto, Althusser (1974) explica que todo esse funcionamento dentro dos AIEs que resulta na reprodução/transformação das relações de produção capitalistas não acontece aleatoriamente. Para explicar como se dá tal funcionamento, o autor introduz a ideia de assujeitamento ideológico, em que “a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1974, p. 77). Ele defende a tese de que as ideologias sempre vão existir em um aparelho e em suas práticas. Trata-se, enfim, de uma existência sempre material porque “o sujeito age enquanto é agido pelo sistema” (ALTHUSSER, 1974, p. 90). É como se o sujeito (por ser sujeito) se sentisse capaz de representar fielmente a realidade, mas a representa, de fato, ideologicamente.

Isso nos mostra que Althusser (1974; 1999) entende que é a ideologia que constitui o sujeito. Althusser (1974, p. 79) conclui, então, que “na ideologia ‘os homens se representam sob uma forma imaginária as suas condições de existência reais’”. Dessa forma, Althusser (1974, p. 91) desenvolve as teses de que “só há prática através de e sob uma ideologia e de que só há ideologia pelo e para o sujeito”, avançando para o conceito de interpelação dos indivíduos em sujeitos pela ideologia. É a partir dos estudos de Althusser que Pêcheux vai desenvolver sua “teoria não-subjetiva da subjetividade”. Em AD, o sujeito não é o indivíduo, mas sim o sujeito do discurso, afetado e constituído por questões sociais, ideológicas e históricas, e que acredita ser a origem do que diz.

Pêcheux (2014b, p. 197) coloca que “toda prática discursiva está, sobretudo, inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas, o que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas.” Estas estão refletidas nas práticas discursivas, que, por sua vez, não existem sem sujeito. É preciso entender, então, que “todo sujeito é

constitutivamente *colocado como* autor de e responsável por seus atos [...] em cada prática em que se inscreve; e isso pela determinação do complexo das formações ideológicas [...] no qual ele é interpelado em ‘sujeito-responsável’” (PÊCHEUX, 2014b, p. 198), grifo do autor).

Com base em Althusser, Pêcheux (2014b) coloca que a ideologia existe materialmente sob a forma de *formações ideológicas*, dentro dos AIEs, e que elas possuem características regionais e posições de classe, ou seja, uma orientação da classe a que tais formações, ou mesmo os aparelhos, servem. Ser desigual e contraditório é parte da luta ideológica que acontece no interior das formações ideológicas. Uma luta para tentar impor novas correlações de força e transformações, inclusive nos aparelhos, ou, ao contrário, manter as já existentes.

As formações ideológicas estão inscritas nas formações sociais e são determinadas através da formação discursiva, dos lugares sociais que cada sujeito ocupa, e também estabelecem imagens que representam estes lugares. Isso quer dizer que o sujeito já possui um lugar social quando interpelado pela ideologia e influenciado pelas relações de poder institucionais.

É importante enfatizar que é através da linguagem que as formações ideológicas se revelam. Os processos discursivos são responsáveis pelos efeitos de sentido e é na língua que esses efeitos se realizam. Dessa forma, o surgimento de um sujeito do discurso para a AD está intimamente ligado aos conceitos de formação ideológica e formação discursiva uma vez que

os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos falantes [...] por formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes. Especificamos também que “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 2014a p. 198)

Para a Análise do Discurso, o sujeito não é o indivíduo, mas sim o sujeito do discurso, atravessado pela História, pela Ideologia e que acredita ser a origem daquilo que enuncia e que detém o sentido do que diz. Essas ilusões do sujeito são tratadas pela AD como esquecimento n°1 (acha que é a origem do dizer) e esquecimento n°2 (tem a ilusão de controlar o sentido do que diz). Através dos esquecimentos, é possível concluir que nem a linguagem e nem o sentido são transparentes. Para a AD, o sujeito é interpelado pela ideologia, porém ignora tal condição e, então, seu discurso surge sob a ilusão de que ele, o sujeito, é a origem do que tem a dizer. No entanto, a AD postula que o sujeito não está na origem do dizer por que ele é duplamente afetado: pessoal

(inconsciente) e socialmente (ideologia). O resultado desta articulação gera um sujeito histórico e ideológico, mas que ignora tal condição justamente por ser afetado pelo inconsciente e pela história.

FORMA-SUJEITO E POSIÇÃO-SUJEITO

Pêcheux (2014b) coloca que o lugar do sujeito é preenchido pela forma-sujeito, ou sujeito do saber, de uma dada Formação Discursiva (FD), isto é, o sujeito se inscreve no discurso a partir de uma forma-sujeito com a qual se identifica e se constitui enquanto sujeito. A forma-sujeito do discurso pode se desdobrar no que o autor chamou de *bom e mau sujeito* através de três possíveis modalidades de tomada de posição. A primeira delas, chamada *identificação*, acontece quando o sujeito do discurso se identifica plenamente com a formação discursiva em que está inscrito, a ponto de reduplicar os saberes dessa FD. Esse seria o *bom sujeito*, para Pêcheux (2014b). A segunda modalidade, a do *mau sujeito*, se chama *contra identificação* e ocorre quando o sujeito do discurso se contrapõe aos saberes da FD com a qual ele se identifica e passa a criticá-los, duvidar deles sem, contudo, romper com essa FD. A terceira modalidade, por sua vez, é a *desidentificação* do sujeito do discurso com os saberes da FD com a qual ele se identificava. Nesse caso, o sujeito rompe com a FD anterior e passa a se identificar com outra FD. Isto não significa que este sujeito esteja livre de ideologia uma vez que ele passa ser um bom sujeito identificado com a nova FD.

A partir das tomadas de posição, percebe-se que o sujeito da AD assume ou nega identificações, entretanto, é preciso lembrar que esses movimentos só são possíveis a partir do que a realidade social oferece, uma vez que estamos falando de um sujeito determinado pelas condições sócio-históricas, ideológicas e também pelo inconsciente. Por outro lado, Belimira Magalhães (2007, p. 330) lembra que apesar de ser muito importante frisar que o sujeito não é a fonte do seu discurso, ficar apenas nisso pode “significar a anulação da práxis, isto é, inibir a capacidade de transformação de produção do novo que só o sujeito possui”. É claro que também essa habilidade de conhecer também é atravessada pela ideologia, pela História, e, portanto, pelas “possibilidades de interpretação que a sociedade dividida em classes oferece aos sujeitos”. As tomadas de posição apontadas por Pêcheux (2014b) provam que os sentidos estão em disputa.

A noção de sujeito para a AD considera aspectos sociais, históricos e ideológicos como seus elementos constitutivos, então, o lugar que o sujeito ocupa na sociedade (lugar social) determina seu enunciado, isto é, seu dizer. Entretanto, o sujeito se identifica com determinados saberes e isso faz com que ele se inscreva em uma Formação Discursiva e, portanto, passe a ocupar o lugar de sujeito discursivo.

Eni Orlandi (1999, p. 17) afirma que “o sujeito, na análise de discurso, é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso”. Quer dizer, o sujeito ocupa um lugar social e se subjetiva ao tomar espaço no discurso, de forma que existe uma passagem do lugar empírico para a posição discursiva, ou seja, o sujeito é tomado enquanto posição. Ainda para a autora, “a materialidade dos lugares dispõe a vida dos sujeitos e, ao mesmo tempo, a resistência desses sujeitos constitui outras posições que vão materializar novos (ou outros) lugares” (ORLANDI, 1999, p. 21).

Dessa forma, uma posição-sujeito em AD é entendida como a representação imaginária, dentro do processo discursivo, do “lugar” em que o sujeito está inscrito na estrutura de uma formação social. Quer dizer que o sujeito, quando movimenta um determinado saber para enunciar, está determinado por esse lugar social. Entretanto, é importante enfatizar que uma posição-sujeito corresponde, mas não equivale nem à presença física, nem aos lugares objetivos da formação social. O funcionamento da posição-sujeito se dá através da ideologia que interfere na constituição dos sentidos e dos sujeitos. Outro elemento importante a ser levantado acerca da posição-sujeito é que ela não existe antes do momento em que o sujeito produza um discurso, assim recorrendo ao já-dito, ressignificando-o e se significando. Ela toma forma material e pode ser apreendida no discurso através dos saberes da FD que o sujeito movimenta para dizer algo.

É possível compreender, então, que a *forma-sujeito* do discurso é a coexistência entre interpelação, tomada de posição e produção de sentido, alicerçada nos esquecimentos nº 1 e 2. Já a *posição-sujeito* é a relação de identificação entre o sujeito que enuncia e a forma-sujeito. O sujeito para a AD, então, é um sujeito histórico de determinada FD, ele não é homogêneo, mas sim fragmentado porque nele existe a forte presença de outros discursos, historicamente já constituídos.

Também é preciso entender que posições-sujeito diferentes podem se relacionar com a mesma forma-sujeito, no interior de uma FD, pois há uma espécie de movimento de saberes dentro

de uma posição-sujeito. Isso quer dizer que uma posição-sujeito tem espaço para a contradição, esta que é intrínseca a todo discurso, uma vez que nem todos os sujeitos inscritos em uma FD se relacionam de maneira igual com ela. Dito de outro modo, é como se o espaço destinado à produção de discursos em uma posição-sujeito tivesse a marca da historicidade, que determina o que pode ser dito, mas o acesso ao discurso é feito de forma desigual. A posição-sujeito tem natureza heterogênea porque o sujeito que enuncia está sempre afetado pelos saberes da forma-sujeito, os quais, por sua vez, são afetados pelas ideologias.

REFLETINDO SOBRE OS SUJEITOS DO LUGAR DE FALA E DA AD

Para refletir, com um olhar materialista-discursivo, o conceito de lugar de fala, debatido na primeira seção, e sobre a questão do sujeito para a AD, vamos observar o caso do paulistano Fernando Holliday (DEM/MBL), vereador negro da cidade de São Paulo, eleito em 2016 com pouco mais de 48 mil votos. Foi eleito aos 20 anos, alcançando dois recordes: o vereador mais jovem da história da câmara de São Paulo e o primeiro assumidamente gay. Fernando, além de negro e gay, é também proveniente da periferia de São Paulo¹. Em sua página, ele postou o seguinte:

Sequência Discursiva (SD) 1

Como Vereador, lutarei para:

- Combater o vitimismo:

Todos, independente de cor de pele, podem alcançar o sucesso sem precisar de migalhas do Estado para isso.

- Acabar com as cotas raciais em concursos públicos municipais:

Chega de segregacionismo institucionalizado. Todos somos iguais!

- A revogação do dia da consciência negra em São Paulo:

É um absurdo que exista uma data como esta, e que acima de tudo, homenageie um homem assassino escravagista [Zumbi dos Palmares].²

¹ Conforme reportagem da Folha de São Paulo de 20/02/2017

(<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/02/1860269-negro-e-gay-vereador-mais-jovem-de-sao-paulo-critica-cotas-raciais.shtml>)

² Postado em 3 de novembro de 2016, juntamente com a imagem, na página oficial do vereador.

A teoria do *lugar de fala* coloca que as minorias oprimidas devem ter seu espaço de expressão assegurado devido ao fato de que elas estão em um lugar social que lhes dá legitimidade para falar. Mulheres têm legitimidade para falar sobre machismo, homossexuais sobre homofobia e negros sobre racismo. De acordo com Ribeiro (2017), é possível entender que *lugar social*, seria então a posição de minoria ocupada por uma mulher, um homossexual ou um negro.

A resistência diária pela qual passam os membros desses grupos, de fato, exige que os espaços de fala sejam cada vez mais ocupados. Entretanto, uma teoria que se diz de resistência porém não leva em consideração os processos sócio-históricos e ideológicos de produção dos sujeitos e dos discursos não ajuda muito. Porque esses espaços têm sim que ser ocupados, mas por mais gente que produza discursos que contribuam para a transformação e não apenas para a reprodução dos saberes dominantes.

Da forma como a teoria do lugar de fala é explicada por Djamila Ribeiro (2017), dá a entender que o (não tão) simples fato de ser fisicamente pertencente a uma minoria já é suficiente para ter um discurso legitimado. A forma como a teoria é aplicada nos espaços de movimentos sociais, por outro lado, vai ainda além, pois atua no sentido de silenciar quem supostamente não faz parte dos grupos minoritários. Existe uma preocupação grande com QUEM fala e não com O QUE se fala.

A AD entende que não há discurso sem sujeito, entretanto, a teoria defende que não há sujeito sem ideologia e que é através dos processos discursivos que se reproduz ou transforma os saberes das ideologias dominantes no “palco da luta de classes” que são os AIEs. Afinal,

todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas, de todo modo, atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (PÉCHEUX, 1990, p. 56).

Como visto anteriormente, para a AD, o sujeito é interpelado pela ideologia e afetado pelo inconsciente, de maneira que ele não tem como ser a fonte do sentido, mas surge através das diferentes formações discursivas que vão representar no discurso diferentes posições-sujeito. Por outro lado, o sujeito reivindicado pelo *lugar de fala* é empírico, é aquele que é apenas negro, ou mulher, ou homossexual, que, sim, sofre com as diferentes violências da opressão, mas não se

consideram os aspectos ideológicos e do inconsciente que fazem com que, muitas vezes, esses sujeitos nem tenham dimensão desse lugar identitário que eles ocupam. O sujeito da AD, por sua vez, é um efeito sócio-histórico e ideológico que, ainda que seja afetado pelo lugar social que ele ocupa, ao se identificar com determinados saberes, se inscreve em uma formação discursiva e passa a ocupar um lugar de sujeito do discurso, não mais o lugar empírico.

É claramente o caso do Fernando Holliday. Ser negro, gay, morador de periferia, lugares empíricos ocupados pelo vereador (que também é um lugar social), não foram elementos suficientes para fazer com ele se tornasse um sujeito de uma possível FD resistência antirracista. Orlandi (1999, p. 21) vai dizer que a “materialidade dos lugares dispõe a vida dos sujeitos e, ao mesmo tempo, a resistência desses sujeitos constitui outras posições que vão materializar novos (ou outros) lugares”. Colocamo-nos a seguinte questão: Holliday tem legitimidade para ocupar um lugar de fala por ser negro e gay, mas o que ele diz é relevante para que mais minorias dêem um passo à frente e ocupem espaços discursivos? No caso SD1, é possível notar que em uma FD que poderíamos chamar de “anti-povo negro”, a posição-sujeito adquirida pelo vereador é a de identificação com a forma-sujeito desta FD. Ele acha que é vitimismo entender que a população negra sofre com uma dívida histórica iniciada com o sequestro do povo africano e que todos têm as mesmas chances de obter sucesso. Ele é contra o sistema de cotas, mesmo que o abismo entre brancos e negros no que tange o acesso à educação superior só tenha diminuído verdadeiramente depois da política de cotas raciais nos anos 2000³, ou seja, mais de 100 anos depois da abolição da escravidão. Mas, é preciso lembrar que ele não é a origem desse discurso. Na realidade, Holliday reproduz os saberes sócio-históricos da ideologia dominante. Na sua práxis de vereador, ele atua e discursa contra medidas que auxiliam na equiparação entre negros e brancos.

É por isso que é importante que os movimentos sociais pensem na ocupação de espaços discursivos para resistir, mas também nos processos discursivos. Principalmente porque quando se pensa a formação social relacionada às diferentes formações ideológicas, as quais estão materializadas nas diferentes relações de poder que perpassam os Aparelhos Ideológicos de Estado, como a mídia, a Igreja, a escola, temos saberes que são colocados com efeito de verdade, funcionando no conflito de relações de poder. O sujeito do discurso, ao mesmo tempo em que é

³ Conforme artigo em <http://www.jornaldebrasil.com.br/cidades/cotas-diminuem-abismo-entre-brancos-e-negros-na-educacao/>. Acesso em: 02/09/2018

interpelado ideologicamente pela formação social, ele se inscreve em um dos lugares sociais que lhe foi determinado. Só que esse lugar social é um espaço empírico. Na passagem para o espaço do discurso, o lugar social que o sujeito ocupa numa determinada formação social e ideológica, que está afetada pelas relações de poder, ideológicas, vai determinar o que pode ou deve ser dito, através do movimento da forma-sujeito e da própria formação discursiva com a qual o sujeito se identifica. Os lugares são empiricamente constituídos através de sentidos historicamente construídos, como por exemplo, o negro é vitimista porque todos têm as mesmas oportunidades; a mulher é o sexo frágil, etc.

Portanto, do ponto de vista das resistências, dos movimentos sociais, pensar somente nos sujeitos empíricos não resulta em grandes ganhos para os movimentos, porque os sujeitos empíricos não são a origem do que dizem, apesar de acreditarem que o são. Por outro lado, se as práticas de resistência passarem a pensar o discurso como um processo sócio-histórico e ideológico, o que se passará a defender é uma espécie de lugar discursivo de resistência que, no palco da luta de classes, no seio dos AIEs, entra em choque com o discurso da ideologia dominante contribuindo para a transformação das relações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, nosso objetivo foi o de debater os conceitos de lugar de fala e também de sujeito para a Análise do Discurso de origem francesa. Para tanto, mobilizamos o entendimento da escritora Djamilia Ribeiro (2017), que nos mostrou que o conceito de lugar de fala vem de estudos de feministas negras, na ânsia de defender que as minorias oprimidas tenham legitimidade para falar de suas dores. Seria uma forma de fazer com que mais e mais mulheres, negros e homossexuais ocupassem espaços para serem ouvidos. Entendemos que a teoria do lugar de fala apresenta uma grande preocupação com quem fala e pouco com o que se diz.

Para lançar um olhar discursivo-materialista sobre a teoria do lugar de fala, nos movimentamos pelos conceitos de sujeito, ideologia e discurso, ou seja, nos debruçamos sobre os indivíduos tomados em sua relação de produção buscando compreender como os sujeitos surgem a partir das ideologias. A partir dos estudos de Pêcheux (2004, 2014), percebemos que é impossível existir um sujeito sem sociedade e sem a ideologia. Esta sempre o interpelará para se tornar sujeito.

Desta forma, não se trata somente de um sujeito, empírico, mas de um *sempre-já* sujeito, pois está inserido dentro de relações, inclusive de poder, e é interpelado a todo instante para se assumir como sujeito de um discurso em infinitas situações.

A produção do sujeito envolve a chamada à existência feita através da interpelação. É através dela que o espaço vazio do sujeito é preenchido pela forma-sujeito. Essa compreensão aponta para a formulação de uma teoria da subjetividade na qual, o sujeito enunciador do discurso não é a fonte do sentido, nem senhor da língua. O sujeito é historicamente situado, agente de práticas sociais e, desde sempre, um indivíduo interpelado em sujeito pela ideologia e atravessado por questões da ordem do inconsciente. Além disso, é através da linguagem que identificamos efeitos de sentido e as formações ideológicas em que o sujeito está inscrito.

Como exemplo para esta reflexão, trouxemos o caso do vereador negro e gay Fernando Holliday, que em sua página do facebook colocou que uma das primeiras medidas de seu mandato seria acabar com o vitimismo, uma vez que ele crê que todos, independente de cor, são iguais, e acabar também com as cotas raciais em concursos públicos, além de ser contra o Dia da Consciência negra. De acordo com a teoria do lugar de fala, Holliday, por ser negro tem completa legitimidade para falar do racismo. Entretanto, seu discurso aponta para um outro lado: vai ao encontro da ideologia dominante que mascara o abismo social entre brancos e negros causado pelos séculos de escravidão e depois por mais séculos de descaso.

Holliday, sujeito empírico vereador, negro e gay, quando interpelado pela ideologia dominante, assume uma posição-sujeito identificada com a forma-sujeito da FD “anti-povo negro”. Ele se coloca contra o sistema de cotas que foi a medida, paliativa é verdade, que de fato reduziu o abismo entre negros e brancos no quesito acesso à educação superior. Ele defende que somos todos iguais, reproduzindo o apagamento da história promovido pela ideologia dominante de que séculos de escravidão e descaso colocaram negros e brancos em patamares completamente diferentes.

Ter direito à voz é importante, mas do ponto de vista das resistências, não pensar os sujeitos como efeitos ideológicos e sócio-históricos atrapalha. O lugar de fala não analisa os sujeitos com essa completude, com as contradições impostas pela sociedade de classes capitalista, mas apenas sob o olhar das pautas identitárias. Não se preocupa com O QUE se diz, apenas com QUEM diz. Já a AD coloca essa preocupação, uma vez que postula que é no processo discursivo que se pode

observar as formações discursivas e, portanto, os funcionamentos das ideologias. Talvez um próximo passo deste estudo fosse o de cunhar um termo melhor que o lugar de fala na busca de, sim, fazer com que mais e mais sujeitos pertencentes às minorias oprimidas, assim como das formações sociais da infraestrutura possam ser interpelados pelas ideologias que se contrapõem à dominante e façam uso da palavra, da fala, para disputar sentidos e transformar as relações de poder.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. Lisboa: Presença, 1974.
- _____. Sobre a Reprodução. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 7a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- MAGALHÃES, Belmira. Ideologia, sujeito e transformação social. In: FERREIRA, Maria Cristina e INDURSKY, Freda. Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. Análise do Discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, Michel. O discurso. Estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Orlandi. São Paulo: Pontes, 1990.
- _____. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. Décalages: Vol. 1: Iss. 4. 2004. Disponível em: <<http://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/15>> Acesso em: 28/08/2018.
- _____; FUCHS, C. (1975) A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. de MARIANI, Bethania [et al.]. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014a. p. 159-249.
- _____. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 2014b.
- RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Coleção Feminismos Plurais, Belo Horizonte: Editora Letramento, 2017. Arquivo Kindle. Retirado de <http://www.amazon.com/>